

***O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS PENAS E
MEDIDAS ALTERNATIVAS***

***SUPERVISED INTERNSHIP IN SOCIAL WORK IN THE CONTEXT OF ALTERNATIVE
PENALTIES AND MEASURES***

Thaynara Cavalcanti da Silva²

Laurisana Maria Branco Camargo³

Jaime Pires da Costa Júnior⁴

Resumo: Este artigo relata a vivência no estágio supervisionado em Serviço Social na VEMEPA/TJ-AM, por meio de abordagem qualitativa e observação participante, evidenciando o processo de elaboração e aplicação do projeto de intervenção, que gerou estratégias para qualificar o atendimento às demandas recorrentes no campo de estágio, reforçando a interlocução entre teoria e prática na formação profissional.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado. Serviço Social. Formação Profissional. Direitos Humanos.

Abstract: This article reports on the experience of a supervised internship in Social Work at VEMEPA/TJ-AM, through a qualitative approach and participant observation. It highlights the process of developing and implementing the intervention project, which produced strategies to improve responses to recurring demands in the internship setting, reinforcing the dialogue between theory and practice in professional training.

Keywords: Supervised Internship. Alternative Measures. Social Work. Socio-legal System. Human Rights.

¹ Texto originalmente apresentado e publicado nos Anais do XVIII Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais (CBAS) realizado entre 3 e 7 de dezembro de 2025 em Salvador/BA. Revisado para compor a presente edição.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Amazônia. Possui interesse na área de políticas públicas e direitos sociais, dedicando à reflexão sobre as expressões da questão social e estratégias de fortalecimento de práticas profissionais comprometidas com a justiça social. E-mail: tcs@icomp.ufam.edu.br

³ Assistente Social (UFAM). Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Em maio de 2020 assumiu o Conselho Regional de Serviço Social do Amazonas – CRESS 15ª Região/AM como conselheira Presidenta da Gestão Reconhecer a História para Garantir o Futuro (2020-2023), reeleita para Gestão 2023-2026. Professora na Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM). Consultora em Planos para Política de Assistência Social no Amazonas e cursos para comunidade. Professora Substituta na Universidade Federal do Amazonas. E-mail: camargo.branco@hotmail.com

⁴ Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (1999). Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM junto à Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas – VEMEPA (2008-Atual), no exercício da função de Analista Judiciário – Serviço Social. E-mail: jaime.costa@tjam.jus.br



INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado constitui-se como um eixo central da formação do/a assistente social, concebido como prática pedagógica que deve garantir a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do exercício profissional. Conforme a Política Nacional de Estágio do CFESS (2008) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2010), o estágio não deve assumir um caráter meramente operacional, mas sim crítico, reflexivo e ético-político, ancorado em referenciais comprometidos com a emancipação humana e a defesa dos direitos sociais.

No contexto deste trabalho, apresenta-se a experiência vivenciada no Núcleo de Assessoramento à Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas (VEMEPA), espaço sociojurídico que materializa as tensões entre um sistema de justiça historicamente seletivo e a busca por mecanismos de responsabilização social não privativos de liberdade.

A inserção no contexto de execuções de medidas e penas alternativas permitiu problematizar as contradições do sistema penal brasileiro, marcado por superlotação carcerária, seletividade punitiva e criminalização da pobreza, ao mesmo tempo em que revelou potencialidades das medidas alternativas como estratégias de enfrentamento a essas dinâmicas.

Assim, a atuação profissional do Serviço Social nesse campo não se restringe à fiscalização do cumprimento das medidas, mas requer a mediação entre sujeitos, instituições e políticas públicas, a construção de estratégias de responsabilização crítica e a defesa intransigente dos direitos humanos.

O SERVIÇO SOCIAL INSERIDO NO CONTEXTO DAS MEDIDAS E PENAS ALTERNATIVAS

As medidas e penas alternativas surgem como contraponto às limitações e aos efeitos perversos da pena privativa de liberdade, com base, sobretudo, na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e nas normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Elas estão fundamentadas na compreensão de que a privação de liberdade não pode ser a resposta universal do Estado ao conflito social, sobretudo quando se trata de crimes sem violência ou grave ameaça. Entre as medidas alternativas, destacam-se: prestação de serviços à comunidade, limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos, prestação pecuniária e perda de bens e valores. Tais medidas pretendem conjugar a responsabilização do jurisdicionado (simbólica



e/ou material) do dano social e à proteção de sua sociabilidade, evitando o rompimento de vínculos familiares, comunitários e laborais.

Contudo, como alertam Behring e Boschetti (2011), a implementação dessas medidas ocorre em um cenário de contrarreformas e austeridade fiscal, no qual direitos sociais sofrem ataques e o Estado reconfigura suas estratégias de intervenção social. Isso repercute diretamente no cotidiano do Serviço Social, que se depara com a precarização das políticas públicas, com a insuficiência de recursos e com a crescente demanda por serviços. Nesse contexto, o núcleo de assessoramento à VEMEPA desempenha um papel estratégico ao articular a rede socioassistencial e educacional, promovendo a integração entre as instituições parceiras e garantindo, tanto quanto possível, o acompanhamento qualificado para quem irá cumprir as medidas.

Para Laurell (2008), as reformas neoliberais e a focalização das políticas sociais produzem um “cenário onde a responsabilização individual” é acentuada, deslocando as causas estruturais das desigualdades. A realidade dos cumpridores de penas e medidas alternativas revela essa tensão: majoritariamente oriundos de contextos de pobreza e precarização do trabalho, vivenciam a seletividade penal e as dificuldades de acesso a direitos básicos.

A atuação do Serviço Social no campo sociojurídico é atravessada por contradições e dilemas éticos: a tensão entre controle e emancipação, entre normatividade judicial e defesa de direitos, entre burocratização do trabalho e criatividade político-pedagógica. Iamamoto (2008) destaca que o trabalho profissional se estrutura em meio às disputas hegemônicas e exige do/a assistente social uma leitura crítica da realidade, fundamentada em categorias como totalidade, mediação e questão social. Já Guerra (2010) ressalta a centralidade da supervisão de estágio como espaço formativo para desenvolver essa criticidade, garantindo uma prática comprometida com o projeto ético-político da profissão.

No cotidiano do núcleo de assessoramento à VEMEPA, emergem questões como: a escassez de recursos humanos e materiais; a dificuldade de articulação interinstitucional; a complexa dinâmica entre a lógica punitiva do sistema penal e a proposta socioeducativa das medidas alternativas; e o enfrentamento do estigma que recai sobre os cumpridores. Nesses termos, a defesa do Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 1993) torna-se inegociável, especialmente no que se refere ao sigilo profissional, à autonomia técnica, à defesa dos direitos humanos e à recusa do arbítrio e da criminalização da pobreza.



PROJETO DE INTERVENÇÃO: DIÁLOGO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Este artigo estrutura-se como relato de experiência com abordagem qualitativa, descritiva e analítica. Foram utilizados como procedimentos: (i) observação participante no cotidiano do núcleo de assessoramento à VEMEPA; (ii) registro sistemático em diário de campo; (iii) levantamento e análise documental de legislações, normativas internas e relatórios técnicos; (iv) participação em reuniões de supervisão acadêmica e de campo; e (v) revisão bibliográfica com base em autores críticos do Serviço Social e das políticas sociais. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender sentidos, contradições e mediações presentes na prática profissional, em consonância com Bogdan e Biklen (1994).

A metodologia adotada delinea o percurso necessário para compreender como os componentes do artigo serão estruturados. A pesquisa consiste em um relato de experiência, cuja metodologia adota uma abordagem qualitativa, de caráter documental, bibliográfico e descritivo. Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva busca observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, o que se coaduna com o objetivo deste trabalho, voltado à sistematização de uma experiência concreta de estágio. Para Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos por meio do contato direto do pesquisador com a situação estudada, valorizando o significado que os sujeitos atribuem às suas práticas.

A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão, em si, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediaticidade são postas à luz (LUKÁCS, 1978, p. 106).

A partir dessa análise, com base nas aulas da graduação e observação no campo de estágio, se faz clara a importância da conexão entre singular, particular e universal para o desenvolvimento de uma visão autêntica a respeito da totalidade do ser social e suas condicionalidades, assim como de uma direção teórica adequada da prática humana para, dessa maneira, efetivar a instrumentalidade do serviço social.

Neste aspecto, os procedimentos metodológicos adotados envolveram observação participante e acompanhamento das atividades institucionais do Núcleo de Assessoramento à Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas, sendo fundamentados com levantamento bibliográfico existente na literatura



acadêmica, bem como o registro contínuo das ações em fichas de produtividade das atividades desenvolvidas no campo de estágio e fichamentos reflexivos. Além disso, houve a participação em atendimentos e entrevistas aos jurisdicionados com vistas a encaminhá-los para a prestação de serviços à comunidade, visitas institucionais e estudos sociais, sempre sob supervisão direta e indireta.

A sistematização da experiência foi realizada a partir da análise crítica dos registros produzidos ao longo do estágio, considerando as mediações entre a prática vivenciada e os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social. Todo esse processo esteve ancorado na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), no Código de Ética do/a Assistente Social, os quais orientaram as reflexões e o posicionamento profissional diante das demandas cotidianas e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que orientam a formação profissional comprometida com a justiça social e os princípios ético-políticos da profissão.

Esses marcos norteadores permitiram aprofundar a reflexão crítica sobre os desafios enfrentados na prática. Para isso, utilizou-se como base teórica as contribuições de autores como Yamamoto (2008), Guerra (2010) e Netto (2011), que discutem a prática profissional no contexto das expressões da questão social, auxiliando na compreensão dos desafios da atuação no sistema de justiça e das particularidades do trabalho do assistente social no campo sociojurídico.

PROJETO DE INTERVENÇÃO: "GUIA DIGITAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE"

O projeto de intervenção desenvolvido durante o estágio — 'Guia Digital de Prestação de Serviços à Comunidade teve como objetivo central produzir um material informativo claro, acessível e pedagógico, que orientasse os cumpridores sobre a natureza da medida, seus direitos e deveres, os prazos, as consequências do descumprimento e os contatos institucionais relevantes. A opção pelo formato digital dialoga com a política de sustentabilidade do Tribunal, bem como amplia a acessibilidade para diferentes públicos. É o que se visualiza na figura 1,



Figura 1– Esboço do instrumento utilizado na execução do projeto de intervenção



Fonte: Elaboração própria a partir da proposta de intervenção

Destaca-se no processo de construção do guia envolveu: (a) mapeamento das principais dúvidas identificadas nos atendimentos; (b) levantamento das instituições parceiras e respectivos fluxos; (c) produção de conteúdo em linguagem simples, evitando jargões jurídicos; (d) validação com a equipe técnica que irá disponibilizar o material; e (e) socialização com a rede de instituições receptoras.

Os resultados do estágio são apresentados a partir de dois eixos, o primeiro eixo refere-se ao desenvolvimento de competências profissionais — teóricas, técnicas e ético-políticas — conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2010), que enfatizam a indissociabilidade entre teoria e prática e a formação crítica, comprometida com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Nesse campo, destacou-se a consolidação da escuta qualificada, da análise crítica e da escrita técnico-operativa. A relação com o segundo eixo diz respeito aos impactos do projeto de intervenção e das ações socioeducativas no fluxo de trabalho do Núcleo de Assessoramento à VEMEPA.

A partir da construção de um instrumento digital de acompanhamento, acessado via QR Code, foi possível otimizar rotinas institucionais e fortalecer a mediação entre os jurisdicionados e a rede de serviços.



Assim, o estágio se constituiu como espaço privilegiado de síntese formativa e de elaboração de respostas profissionais qualificadas às demandas sociais, conforme defendido por Iamamoto (2009).

A **Figura 2** sintetiza um recorte qualitativo das principais atividades desenvolvidas no período do estágio, que corroborou para a proposta de intervenção. Pois a vivência diária no campo, desvelam no cotidiano, realidades que inquietam no sentido de buscar nas condições objetivas presenciadas no campo de estágio.

Figura 2 – Distribuição das atividades desenvolvidas no estágio.



Fonte: Elaboração própria a partir das atividades desenvolvidas no campo de estágio.

A partir dos dados sistematizados, percebe-se a centralidade dos atendimentos individuais das demandas espontâneas e a aplicação de formulários no cotidiano do estágio, o que evidencia a importância da habilidade de escuta qualificada e da escrita técnico-operativa na prática do Serviço Social. As visitas institucionais, os encaminhamentos para a prestação de serviços à comunidade e as orientações socioeducativas, por sua vez, reforçam a dimensão pedagógica do trabalho, especialmente no que tange à mediação com a rede de serviços e à promoção de responsabilização social crítica.

Tal processo possibilitou à estagiária compreender, de forma mais concreta, os desafios da articulação com a rede socioassistencial, os efeitos da seletividade das políticas públicas e a necessidade de reafirmação cotidiana dos princípios da equidade e da justiça social. Como destacam Iamamoto (2009) e Guerra (2016), o estágio supervisionado é espaço privilegiado de síntese formativa, onde se consolidam competências técnicas, políticas e éticas fundamentais à profissão.

Dessa forma, a vivência no campo aliado à intervenção planejada e executada permite apreender a dinâmica contraditória da realidade social e o papel do Serviço Social como agente mediador e propositivo no enfrentamento das desigualdades.



Do ponto de vista qualitativo, o estágio permitiu identificar os seguintes desafios: (i) a recorrente dificuldade dos cumpridores em compreender os prazos e procedimentos da medida; (ii) a existência de instituições parceiras com pouca infraestrutura para acompanhar os casos; e (iii) a necessidade de fortalecer o diálogo com as políticas sociais para garantir acesso a direitos (assistência social, saúde, trabalho e renda, habitação etc.). Em contrapartida, destacam-se avanços, como a padronização de fluxos internos, a construção do guia digital, a ampliação do repertório teórico-crítico do estagiário e o fortalecimento da interdisciplinaridade na equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio no Núcleo de Assessoramento a VEMÉPA consolidou-se como um processo formativo decisivo para a construção de uma identidade profissional crítica, que reconhece as contradições do sistema de justiça e, ao mesmo tempo, aposta em estratégias de intervenção comprometidas com a defesa de direitos e a justiça social.

O Serviço Social no campo sociojurídico, ao atuar com medidas alternativas, encontra um espaço para desenvolver ações que vão além do controle e da fiscalização, promovendo práticas pedagógicas, informativas e de mediação, em consonância com o projeto ético-político da profissão.

Conclui-se que é imprescindível fortalecer as condições de realização do estágio supervisionado com supervisão sistemática, planejamento institucional e recursos adequados, bem como ampliar as pesquisas e publicações sobre o tema, a fim de contribuir para a qualificação da intervenção profissional e para a construção de espaços democráticos que viabilizem direitos aos sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maior2010_corrigida.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.



CFESS. Política Nacional de Estágio – PNE. 2009.

_____. Código de Ética do Assistente Social. Resolução CFESS nº 273, 1993.

_____. Resolução nº 533: Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Brasília, 2008.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUERRA, Y. Supervisão de estágio em Serviço Social: formação e exercício profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

LAURELL, A. C. Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-164176>. Acesso em: 28 jul. 2025.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem. Revista Temas, São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/download/249951/44432/232038>. Acesso em: 25 jul. 2025.

NETTO, J. P. Questão social e serviço social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2014.

